



Comissão Justiça e Redação

PARECER N°20/2026

Ao decimo primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis (**11/02/2026**), se reuniram na Secretaria da Câmara Municipal, os membros da *Comissão de Justiça e Redação*, reuniu-se para análise do Projeto de Lei n° 20/2026. **SÚMULA:** Autoriza crédito adicional suplementar na importância de até 27.351,45 (vinte e sete mil trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e cinco centavos)

Relatório

Trata-se do Projeto de Lei n° 20/2026, de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 27.351,45, destinado à Secretaria Municipal de Saúde, para pagamento de indenização de verbas trabalhistas à família de servidor falecido, mediante anulação parcial de dotação orçamentária já existente.

Fundamentação

Compete à Comissão de Justiça e Redação manifestar-se quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

A matéria encontra amparo na Lei Orgânica Municipal, sendo de iniciativa do Poder Executivo, por tratar de matéria orçamentária e administrativa. Observa-se que o projeto está redigido em conformidade com as normas de técnica legislativa, não apresentando vícios de forma ou de iniciativa.

Quanto ao aspecto jurídico, verifica-se que a abertura de crédito suplementar é admitida pela legislação vigente, desde que acompanhada da respectiva indicação de recursos, conforme previsto na Lei Federal n° 4.320/64, requisito devidamente atendido na proposição.

Dessa forma, não se constata impedimentos de ordem constitucional ou legal à tramitação da matéria.

Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Justiça e Redação manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação e aprovação do Projeto de Lei n° 20/2026, por estar em conformidade com a legislação vigente e a boa técnica legislativa.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2026


EDYELSON DA SILVA CANO
Presidente


MOACIR JOSÉ DA SILVA
Relator


JOSÉ LUIZ DOS SANTOS
Membro



Comissão Justiça e Redação

PARECER Nº21/2026

Ao decimo primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis (**11/02/2026**), se reuniram na Secretaria da Câmara Municipal, os membros da *Comissão de Justiça e Redação*, reuniu-se para análise do Projeto de Lei nº 21/2026. **SÚMULA:** Autoriza crédito adicional suplementar na importância de até 77.000,00 (setenta e sete mil reais).

Relatório

Trata-se do Projeto de Lei nº 21/2026, de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 77.000,00, destinado à manutenção das atividades das Secretarias Municipais, mediante anulação parcial de dotações orçamentárias existentes..

Fundamentação

Compete à Comissão de Justiça e Redação manifestar-se quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

A matéria é de iniciativa do Poder Executivo, por tratar de gestão orçamentária e administrativa, estando em conformidade com a Lei Orgânica Municipal. O projeto encontra respaldo na legislação vigente, especialmente na Lei Federal nº 4.320/64, que disciplina a abertura de créditos adicionais, apresentando indicação dos recursos necessários para cobertura do crédito pretendido.

Verifica-se ainda que a redação do projeto atende às normas de técnica legislativa, não apresentando vícios formais ou legais que impeçam sua tramitação.

Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Justiça e Redação manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 21/2026, por estar em conformidade com a legislação vigente e a boa técnica legislativa.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2026



EDYELSON DA SILVA CANO

Presidente



MOACIR JOSÉ DA SILVA

Relator



JOSÉ LUIZ DOS SANTOS

Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO NORTE
ESTADO DO PARANÁ - CNPJ 80.611.759/0001-40
Rua José Vicente, 257 – E-mail: camara@cmdiamantedonorte.pr.gov.br

Comissão Justiça e Redação

PARECER Nº 22/2026

Ao decimo primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis (11/02/2026), se reuniram na Secretaria da Câmara Municipal, os membros da *Comissão de Justiça e Redação*, reuniu-se para análise do Projeto de Lei nº 22/2026. **SÚMULA:** Autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de até R\$ 2.027.909,71 (dois milhões, vinte e sete mil, novecentos e nove reais e setenta e um centavos).

Relatório

Trata-se de Projeto de Lei enviado pelo Prefeito Municipal de Diamante do Norte que visa a abertura de crédito especial nas dotações da Secretaria Municipal de Saúde para o exercício de 2026. O montante de **R\$ 2.027.909,71** (dois milhões, vinte e sete mil, novecentos e nove reais e setenta e um centavos) destina-se à manutenção de atividades, aquisição de equipamentos e transporte sanitário, fundamentando-se em resoluções da SESA aprovadas em 2025 que necessitam de continuidade.

Fundamentação

A matéria versa sobre orçamento e interesse local, estando em plena conformidade com o Art. 30, I, e Art. 165 da Constituição Federal. A iniciativa é privativa do Chefe do Executivo, conforme estabelece a Lei Orgânica Municipal.

O projeto propõe a alteração simultânea no PPA, na LDO e na LOA. Tal medida é juridicamente possível para adequar a administração às necessidades da população e garantir a prestação de serviços públicos de saúde.

O projeto indica como recurso o **Superávit Financeiro**, atendendo ao disposto no Art. 43, § 1º, Inciso I (conforme apontado pela assessoria jurídica) ou Inciso III (conforme texto do projeto) da Lei Federal nº 4.320/64.

A exposição de motivos esclarece que o crédito é vital para a continuidade de execuções financeiras de convênios e resoluções estaduais da Secretaria de Saúde.

Considerações Técnicas

Embora o parecer jurídico prévio tenha apontado a ausência temporária do comprovante contábil do superávit no momento do protocolo, a presente Comissão entende que a legalidade intrínseca do texto e a forma legislativa atendem aos requisitos regimentais. Cabe ao Plenário e à Comissão de Finanças a verificação final da disponibilidade financeira exata antes da votação definitiva.

Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Justiça e Redação manifesta-se **FAVORÁVEL** à tramitação do Projeto de Lei nº 22/2026, por inexistirem vícios de inconstitucionalidade, ilegalidade ou de técnica legislativa que impeçam sua apreciação pelo Soberano Plenário.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2026



CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO NORTE

ESTADO DO PARANÁ - CNPJ 80.611.759/0001-40

Rua José Vicente, 257 – E-mail: camara@cmdiamantedonorte.pr.gov.br

Comissão Justiça e Redação

PARECER N°23/2026

Ao decimo primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis (11/02/2026), se reuniram na Secretaria da Câmara Municipal, os membros da *Comissão de Justiça e Redação*, reuniu-se para análise do Projeto de Lei n° 23/2026. **SÚMULA:** Autoriza a abertura de crédito especial na importância de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Relatório

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei n° 23/2026, de iniciativa do Poder Executivo, que visa autorizar a abertura de crédito adicional especial no orçamento municipal de 2026, com impacto no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O crédito, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destina-se à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para a construção de uma vala de rejeitos no aterro sanitário municipal. O projeto é fundamentado na Emenda Parlamentar n° 202437050010, de autoria do Deputado Luciano Ducci.

Fundamentação

A proposição legislativa trata de matéria orçamentária e de interesse local, o que atrai a competência do Município (Art. 30, I da CF). A iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal (Art. 165).

Trata-se de um Crédito Especial, uma vez que se destina a despesa para a qual não haja dotação orçamentária específica anterior, visando a execução de obra vinculada a recurso federal de transferência especial.

O projeto atende ao requisito de indicação da fonte de recursos, utilizando o Excesso de Arrecadação, conforme autorizado pelo Art. 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal n° 4.320/64 (embora o texto cite o inciso III, a descrição técnica de excesso de arrecadação é válida para a abertura do crédito).

O texto apresenta clareza, objetividade e atende aos requisitos de redação parlamentar. As dotações estão corretamente codificadas sob a rubrica "Obras e Instalações" (4.4.90.51.00.00).

A construção da nova vala de rejeitos, com área de 500,00 m², justifica-se pela necessidade premente de garantir a disposição final de resíduos sólidos de forma segura e ambientalmente correta, visto que a capacidade da vala atual está praticamente esgotada. O projeto inclui infraestrutura crítica como geomembrana PEAD, poço de visita e sistema de monitoramento de chorume.

Conclusão

Diante da plena conformidade com a legislação federal e municipal vigente, e não havendo vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade, esta Comissão de Justiça e Redação manifesta-se **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei n° 23/2026.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2026



Comissão Justiça e Redação

PARECER Nº24/2026

Ao decimo primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis (**11/02/2026**), se reuniram na Secretaria da Câmara Municipal, os membros da *Comissão de Justiça e Redação*, reuniu-se para análise do Projeto de Lei nº 24/2026. **SÚMULA:** Autoriza a abertura de crédito especial na importância de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei nº 24/2026, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, que solicita autorização para abertura de crédito adicional especial no orçamento municipal de 2026, com os devidos reflexos no PPA e na LDO.

O montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) destina-se à Secretaria Municipal de Saúde, especificamente para a Divisão da Atenção Primária em Saúde. O objetivo é a aplicação do recurso de "Incremento Temporário do Piso da Atenção Primária em Saúde (PAP)" no pagamento de vencimentos e vantagens fixas de pessoal civil

A matéria legisla sobre orçamento e saúde, temas de interesse local e competência municipal (Art. 30, I, CF). A iniciativa do projeto é privativa do Prefeito, atendendo ao Art. 68, I, da Lei Orgânica Municipal e ao Art. 165 da Constituição Federal.

O projeto indica como fonte de cobertura o Excesso de Arrecadação, amparado pelo Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64 (citado como inciso III no corpo do projeto). A existência do recurso é comprovada pelo extrato bancário anexo, demonstrando o saldo de R\$ 200.000,00 creditado em 26/01/2026.

A proposição apresenta clareza e segue as normas de redação parlamentar. A dotação orçamentária está devidamente identificada sob o código 07.002.10.301.0010.1.030, rubrica 3.1.90.11.00.00.

O projeto reveste-se de relevante interesse público, pois permite a utilização de repasse federal vinculado especificamente ao fortalecimento da atenção primária em saúde para o pagamento de servidores da área, garantindo a continuidade dos serviços essenciais à população de Diamante do Norte.

Conclusão

Diante da plena conformidade com a legislação federal e municipal vigente, e não havendo vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade, esta Comissão de Justiça e Redação manifesta-se **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº 24/2026.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2026


EDYELSON DA SILVA CANO
Presidente


MOACIR JOSÉ DA SILVA
Relator


JOSÉ LUIZ DOS SANTOS
Membro